

UTILIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA NA TOMADA DE DECISÃO: A PERCEÇÃO DE GESTORES DE PMES DE LUANDA E DE LISBOA

Financial information usefulness in decision-making: the perception of Luanda and Lisbon SMEs managers

Recebido em 09.04.2103 | Aceite final em 19.08.2013 |

Nota: este artigo foi aceito pelo Editor Jorge Eduardo Scarpin e passou por uma avaliação *double blind review*

A reprodução dos artigos, total ou parcial, pode ser feita desde que citada a fonte.

DEOLINDA ISABEL MALEMBE LUNGO

Professora do Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias Ekuikui II | Bairro de Fátima, Huambo – Angola | Telefone (+244) 937 635 968 | email: deolindisabel@hotmail.com

MARIA TERESA VENANCIO DORES ALVES

Doutora em Gestão | Especialidade Contabilidade | Instituto Superior de Ciências do Trabalho | Empresa do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) | Professora Coordenadora da Escola Superior de Ciências Empresariais | Instituto Politécnico de Setúbal | Campus do IPS | Estefanilha | Setúbal - Portugal | CEP: 2914-503 | Telefone: (+351) 265 709 364 | E-mail: teresa.alves@esce.ips.pt |

RESUMO

As Pequenas e Médias Empresas (PMEs) representam na economia mundial um segmento de extrema importância. Na União Europeia (UE) essas empresas representam 99% do tecido empresarial e empregam cerca de 90 milhões de trabalhadores (European Commission, 2012). Para a continuidade destas empresas num mundo em constante mudança em que o mercado é cada vez mais competitivo, a informação desempenha um papel crucial. Porém, essa informação deverá cumprir os requisitos qualitativos, em especial, a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade, sob pena de não ter qualquer utilidade. Neste sentido, este estudo tem como objetivo verificar o nível de percepção que os gestores das PMEs localizadas em Luanda e em Lisboa têm quanto à utilidade da informação financeira no processo de tomada de decisão. Para o efeito, elaboramos um estudo de caso comparativo e utilizamos o questionário como método de recolha de dados. O estudo revelou que os inquiridos dos dois países em estudo reconhecem a importância da informação financeira

na tomada de decisões no mundo empresarial. No entanto, em Portugal, o nível de percepção parece ser mais elevado.

Palavras-chave: PMEs. Informação Financeira. Demonstrações Financeiras. Tomada de Decisão.

ABSTRACT

Small and Medium Enterprises (SMEs) represent a segment in the global economy of utmost importance. In the EU these companies represent 99% of the business and employ about 90 million workers (EUROPEAN COMMISSION, 2012). For the continuity of these companies in a changing world where the market is increasingly competitive, information plays a crucial role. However that information must meet the qualitative characteristics of financial information, in particular, understandability, relevance, reliability and comparability, otherwise it will not be useful. Thus, this work aims to study the level of perception that managers of SMEs located in Luanda and Lisbon have of the usefulness of financial information in decision-making. For this purpose, we prepared a comparative case study and used a questionnaire as the method of data collection. The study revealed that respondents from both countries under study recognize the importance of financial information for decision making in business context. However, in Portugal, the level of perception appears to be higher.

Key-words: SMEs. Financial Information. Financial Statements. Decision Making.

1 INTRODUÇÃO

A informação financeira, dados os seus atributos, é útil para uma vasta gama de utilizadores na tomada de decisões. Por isso, deve estar disponível no sentido de dar resposta às suas necessidades de informação. Particularmente os gestores devem recorrer à informação financeira nos seus processos de tomada de decisão. É fundamental que esta informação cumpra um conjunto de requisitos qualitativos da informação, em especial a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade, sob pena da sua utilidade ficar comprometida.

Reconhecendo o contributo da informação financeira no processo de tomada de decisão por parte dos responsáveis das empresas, neste estudo focamos um segmento empresarial (as PMEs) que exerce um papel extremamente relevante na economia. Kok et al (2011) salientam que as PMEs são o pilar da economia da União Europeia, fornecendo mais de 2/3 do emprego privado total. Pretendemos encontrar a resposta à seguinte questão: Qual o nível de percepção que os gestores das PMEs localizadas em Luanda e em Lisboa têm quanto à utilidade da informação financeira no processo de tomada de decisão?

Com o propósito de tentar encontrar resposta à questão formulada, adotamos o método de investigação estudo de caso. Para a realização do objetivo principal, é necessário a consecução dos seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar a importância das PMEs no contexto das economias angolana e portuguesa;

- Descrever o papel da informação financeira na tomada de decisão nas PMEs;
- Fazer a comparação do Plano Geral de Contabilidade de Angola (PGCA) com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Este trabalho justifica-se pela expressiva importância das PMEs nas economias, não apenas em Angola e em Portugal, mas em vários outros países, quer tratando-se de países desenvolvidos quer em desenvolvimento. Em Angola, segundo Andrade (2002), entre 1994 e 2001, 60% das empresas registadas eram PMEs. Em Portugal, em 2008, as pequenas e médias empresas foram responsáveis por cerca de 72,5% da criação de emprego, e geraram um volume de negócios que rondou os 201.765 milhões de euros, representando 58% da faturação total realizada pela sociedade portuguesa (INE, 2010). Na União Europeia (EUROPEAN COMMISSION, 2012), essas empresas representam 99% do tecido empresarial e empregam cerca de 90 milhões de trabalhadores, contribuindo deste modo para o empreendedorismo e para a inovação. Neste contexto, é de extrema relevância saber como as empresas estão a utilizar a informação financeira no processo de tomada de decisão. Este estudo visa incentivar os gestores/gerentes e contabilistas de PMEs a terem em consideração a informação financeira no processo de tomada de decisão.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: no ponto 2 efetuamos uma revisão de literatura em que tratamos questões relacionadas com as PMEs; a importância da informação financeira na tomada de decisão; e por fim comparamos alguns aspetos do PGCA com o SNC. No ponto 3, referimos a metodologia de investigação adotada no sentido de alcançar os objetivos enunciados. No ponto 4 analisamos e discutimos os resultados obtidos a partir dos questionários aplicados aos gestores/gerentes das PMEs selecionadas. Por fim apresentamos as principais conclusões e limitações desta investigação e, ainda, um conjunto de linhas de investigação futura possíveis.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PMES)

A definição de PMEs tem sido efetuada de várias formas, entre elas através do número de trabalhadores, volume de negócios, ativos e classificação setorial (Steenkam e Kashyap, 2010). As diversas economias adotam os critérios que melhor se adequam à estrutura de mercado do país (Campos et al, 2008) e, em alguns casos, variam dentro do próprio país.

Segundo Campos et al (2008), economias mais desenvolvidas como os Estados Unidos da América (EUA), classificam as PMEs como as empresas que empregam até 500 trabalhadores. Por sua vez, nos países em vias de desenvolvimento, onde a dimensão do mercado e das empresas é menor, o limite de trabalhadores é menor, entre 100 e 250. No entanto, de acordo com a *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD) (2004), a formação de blocos económicos tem aumentado o consenso sobre a classificação das PMEs no sentido de simplificar e harmonizar a sua definição. Neste contexto, no Brasil, nos EUA e nos países integrantes do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), as PMEs empregam até 500 trabalhadores (PUGA, 2002). Nos países da UE, segundo a Recomendação da Comissão de 6 de Maio de 2003 (2003/361/CE), as PMEs são definidas como “empresas com menos de 250 pessoas ao serviço, cujo volume de negócios anual não exceda 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não exceda 43 milhões de euros”. Já na Ásia, enquanto a Coreia do Sul e o Japão consideram o limite de 300 empregados, em Taiwan o limite é de 200 empregados. “É, também, bastante comum a utilização de critérios mais restritos para os setores de comércio e serviços” (PUGA, 2002, p.7).

No Brasil a classificação das PMEs também pode ser feita de acordo com a receita bruta anual, conforme estabelece a Lei Complementar nº 139, de 10 de Novembro de 2011. Esta lei define empresas de pequena dimensão, como aquelas cuja receita bruta anual é superior a 360 mil reais e igual ou inferior a 3.600 mil reais. Porém, além do critério adotado pela referida lei, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) utiliza o conceito de número de funcionários e o setor de atividade.

Em Angola, segundo o estatuto da nova Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) - Lei n.º 30/11, 13 de Setembro de 2011:

São Pequenas empresas aquelas que empreguem mais de 10 e até 100 trabalhadores e/ou tenham uma faturação bruta anual em Kz superior ao equivalente a USD 250 mil e igual ou inferior a USD 3 milhões;

São Médias empresas aquelas que empreguem mais de 100 até 200 trabalhadores e/ou tenham uma faturação bruta anual em Kz superior ao equivalente a USD 3 milhões e igual ou inferior a USD 10 milhões.

Verificamos, assim, que são vários os critérios utilizados para a definição das PMEs. Em Angola, no Brasil e em Portugal utilizam-se os seguintes critérios: número de trabalhadores, volume de negócios e balanço total. No entanto, segundo Ardic et al (2011), o mais comum entre os critérios apresentados é o número de empregados. Embora cada país estabeleça o seu próprio limite. Angola, para este critério, estabelece um número entre 11 e 100 trabalhadores. Em Portugal, o número situa-se entre 11 e 49. Por último, no Brasil, o mesmo varia de acordo com o setor. Assim, para o setor “Comércio e Serviços” o SEBRAE estipula um limite de 11 a 49 empregados para pequenas empresas e entre 51 e 99 para as médias empresas. No setor “Indústria”, o mesmo varia entre 21 e 99 e entre 101 e 499 trabalhadores, respetivamente. Ainda no Brasil, a Lei Complementar nº 139, de 10 de Novembro de 2011, considera apenas o volume de negócios no seu processo de classificação e a referida lei não contempla a Média Empresa.

Com limites de número de trabalhadores e volume de negócios diferentes entre os países, a legislação angolana considera que, sempre que seja necessário decidir sobre a classificação das PMEs, o volume de negócios é o critério que prevalece.

Relativamente ao volume de negócios, tanto para pequenas como para médias empresas, constatamos que para os países da UE o limite é muito superior ao dos outros dois países (os valores respetivos foram convertidos à taxa de câmbio de 31/12/2011). Assim, para pequenas empresas os limites são os seguintes: UE – superior a 2 milhões de euros e inferior a 10 milhões; Angola - superior a 193.049 euros e inferior ou igual a 2.316.580; Brasil - superior a 148.913 euros e inferior ou igual a 1.489.130 euros. Para a média empresa os limites são os seguintes: UE – superior a 10 milhões de euros e inferior a 50 milhões; Angola - superior a 2.316.580 euros e inferior ou igual a 7.721.950; Brasil – não são indicados nos documentos analisados.

De acordo com a Recomendação da Comissão de 6 de Maio de 2003 (2003/361/CE) relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas, o “critério dos efetivos” deve, indubitavelmente ser considerado como critério principal. Contudo, é completamente necessária a introdução de um conceito financeiro no sentido de se compreender a importância real e o desempenho de uma empresa, assim como a sua posição relativamente às suas concorrentes. Para o efeito, não é recomendável que o volume de negócios seja o único critério financeiro, uma vez que o volume de negócios do setor transformador é, por natureza, menor que o das empresas do comércio e da distribuição. Este deverá ser associado ao do balanço total.

Uma vez enunciados vários critérios de classificação das PMEs e, dado Angola ser um dos palcos das empresas contempladas no nosso estudo de caso, importa contextualizar as PMEs angolanas. Na economia angolana as PMEs desempenham, tal como em todas as economias modernas, um papel extremamente relevante. A Lei n.º 30/11, de 13 de Setembro de 2011, salienta a importância das PMEs na economia, nomeadamente por contribuírem para a redução da taxa do desemprego; o aumento do empreendedorismo; e a redução da pobreza. Segundo Gonçalves (2011), este diploma surge no sentido de impulsionar o tecido empresarial das PMEs de Angola e torná-las “num motor do desenvolvimento do país com a ajuda do Estado, empresas públicas e grandes companhias”. Esta lei agiliza e simplifica as práticas administrativas na criação de PMEs, através de “um conjunto de regras que obriga o Estado e as companhias a criarem mercado para as PMEs” (GONÇALVES, 2011).

Em Portugal, as PMEs assumem de igual modo, um papel fundamental no desenvolvimento económico. Com base nos dados fornecidos pelo INE (2010), verificamos que as PMEs representam 99,7% do tecido empresarial. Estas empresas foram responsáveis em 2008 por cerca de 72,5% da criação de emprego. Realizaram 57,9% do volume de negócios nacional e foram também responsáveis por 59,8% do Valor Acrescentado Bruto a custos de fatores (VAB_{cf}) gerado. Em 2009, existiam 348.552 PMEs (INE, 2011).

Mas, também, ao nível internacional as PMEs são económica e socialmente relevantes independentemente do grau de desenvolvimento dos países. Daí que um grande número de trabalhos desenvolvidos tenha vindo a identificar as PMEs como o motor do desenvolvimento das economias (STEENKAM E KASHYAP, 2010; ODIT E GOBARDHUN, 2011; INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC), 2009; KOK et al, 2011).

De acordo com um estudo realizado pelo IFC (2009), estima-se que pelo menos 95% das empresas ativas em todo o mundo são PMEs. Na UE representam 99% de todas as empresas e empregam cerca de noventa milhões de trabalhadores, contribuindo deste modo para o empreendedorismo e para a inovação (EUROPEAN COMMISSION, 2012), através de um maior nível de investimento, maior distribuição de riqueza e criação de novos postos de trabalho (ODIT E GOBARDHUN, 2011). Segundo um outro estudo realizado pela Comissão Europeia sobre o importante papel das PMEs na criação de emprego, constatou-se que foram responsáveis por 85% dos novos postos de trabalho na União Europeia, entre 2002 e 2010 (EUROPEAN COMMISSION, 2012).

Reconhecendo a importância inegável das PMEs para as economias, no ponto seguinte, destacamos a importância da informação financeira para este tipo de empresas.

2.2 A INFORMAÇÃO FINANCEIRA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A TOMADA DE DECISÃO

Wang e Ahammad (2012) consideram que a informação financeira serve para avaliar o desempenho financeiro das empresas. De acordo com os resultados das suas pesquisas, o balanço, as demonstrações dos resultados e os rácios são importantes fontes de informação para avaliar o desempenho atual e futuro da empresa.

A verificação da importância da informação financeira para a tomada de decisão tem sido objeto de diversos estudos. No entanto, o foco desses estudos tem sido distinto.

Anjos et al (2011, p.1-7) efetuaram um estudo sobre a forma como estão a ser prestados os serviços pelos contabilistas, no contexto das cooperativas “e a visão dos gestores em relação à importância e à qualidade daqueles”. Verificaram que os serviços mais prestados são a elaboração das folhas de salário e a emissão das guias dos impostos. Observaram ainda que, de acordo com a opinião destes

gestores, o uso e a procura dos serviços contabilísticos tem evoluído progressivamente para uma visão de gestão. No entanto, prevalece a percepção do contabilista como um mero escriturário e cumpridor de exigências legais cíveis e fiscais.

Silva et al (2010, p.90-104), com base numa mostra constituída por cinquenta e cinco empresas localizadas na Região Metropolitana do Recife, Brasil, através de entrevistas aos respetivos gestores, verificaram que:

- Apesar das informações contabilísticas terem credibilidade, 34,5% dos utilizadores manifestavam sentir dificuldades em servir-se dessas informações;
- “Na maioria dos casos, os relatórios fornecidos são os mais tradicionais e menos sofisticados”;
- 87,3% dos gestores confiavam nas informações contabilísticas, “sendo este um dos primeiros passos para que a contabilidade passe a ser usada no processo de tomada de decisão”.

Borba et al (2006) desenvolveram uma investigação multi-caso, tendo como unidade de análise quatro pequenas empresas familiares situadas no Estado de Santa Catarina, Brasil, visando a análise do nível de utilização da contabilidade por essas empresas. Verificaram que o processo de tomada de decisão estava relacionado com a experiência e conhecimento do proprietário e que o uso da informação contabilística era limitado aos fins fiscais.

Porton e Longary (2006) efetuaram uma pesquisa essencialmente qualitativa e de carácter exploratório, com base numa amostra constituída por vinte lojas de um centro comercial. Recorreram a um questionário semi-estruturado no sentido de verificarem a relevância do uso das informações contabilísticas no processo de tomada de decisão. Constataram que 85% das empresas inquiridas utilizavam este tipo de informação nos seus processos de tomada de decisão.

Barros (2005, p.3) desenvolveu uma pesquisa no sentido de conhecer as necessidades e a respetiva utilização das informações contabilísticas no processo de gestão das organizações do sector da construção. Realizou quinze entrevistas, tendo concluído que:

- “66% dos entrevistados gerem as suas empresas com base em ferramentas e informações contabilísticas”;
- 34% dos inquiridos declararam não fazer uso das informações contabilísticas como suporte às decisões de gestão, sendo que 7% deste grupo afirma que a contabilidade é apenas uma ferramenta exigida por lei para apurar os impostos a serem recolhidos, enquanto os 27% restantes afirmaram possuir uma base de dados diferente da integrada ao sistema contabilístico, que é utilizada como base do planeamento, execução e controlo das actividades.

Nunes e Serrasqueiro (2004, p.90-94), tendo por base uma amostra constituída pelas “empresas portuguesas com menos de 50 trabalhadores do distrito de Castelo Branco” e usando o questionário como instrumento de recolha de dados, efectuaram um estudo sobre a “importância atribuída pelos empresários/gestores à informação contabilística nas decisões de investimento, financiamento, distribuição de dividendos e decisões operacionais”. Constataram que os inquiridos eram de opinião de que

as informações contabilísticas assumem maior importância na tomada de decisões de investimento e decisões operacionais, enquanto nas decisões de financiamento

e de distribuição de dividendos a informação contabilística tem uma importância menor.

Oliveira et al (2000, p.9-10), com base numa abordagem teórica/empírica, através da análise bibliográfica ligada a uma pesquisa de campo desenvolvida junto das “empresas paranaenses de retificação de motores afiliadas à Associação das Retificas de Motores do Estado do Paraná”, verificaram que 90% das empresas usam as informações geradas pelo sistema de informações contabilístico, tanto para questões de foro fiscal como de gestão.

2.3 PGCA VERSUS SNC

Santos (2006, p.115) considera que o referencial contabilístico usado nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), como é o caso de Angola, é de carácter público e segue uma linha de orientação jurídico-fiscal. Por outras palavras, o autor afirma que

os documentos que regem a contabilidade são procedentes de órgãos do governo, deixando perceber uma forte influência da fiscalidade; a contabilidade sustenta a sua afirmação através de diplomas legais que funcionam como instrumentos de política económica e fiscal. Portanto, são países sem uma Estrutura Conceptual (EC) autónoma e com edifícios contabilísticos assentes em planos de contas aprovados pelos respectivos governos.

Nessa perspetiva, Magro e Magro (2008, p.48) definem o plano de contabilidade como

um conjunto de normas e procedimentos contabilísticos, destinados a servir de guia e modelo para os trabalhos de registo e demonstração de factos patrimoniais, constituídos por:

- Princípios e políticas contabilísticas;
- Elenco de contas;
- Forma (balanço, demonstração dos resultados e demonstração dos fluxos de caixa) e âmbito das contas;
- Reconhecimento das massas patrimoniais e valorimetria; e
- Notas.

O PGCA aprovado pelo Decreto-Lei nº 82/01 de 16 de Novembro é o referencial usado em Angola. No seu Artigo 3º, refere que é um plano que obedece a uma normalização setorial. Não se aplica à Banca e às Seguradoras por já existirem planos de contas específicos para essas atividades, sendo “obrigatoriamente aplicável às Sociedades Comerciais e Empresas Públicas que exerçam atividades em Angola ou que exerçam atividades noutros países, mas que tenham a respetiva sede em Angola” (PGCA, 2001).

Para as instituições financeiras, existe um plano de contas (CONTIF) emitido pelo “instrutivo” 09/07 de 19 de Setembro de 2007. O CONTIF é aplicado a todas as instituições financeiras bancárias e não bancárias sob supervisão do Banco Nacional de Angola (BNA), tendo como propósito “uniformizar os registos contabilísticos, sistematizar os procedimentos e critérios de registo, estabelecer regras para divulgação de informações, tudo em consonância com as melhores práticas internacionais”, *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (BNA, 2009).

O PGCA foi desenvolvido com base nas normas do IASB sendo importante salientar o seu ponto 1: Justificação:” ...conveniência em substituir o carácter legal atual por práticas geralmente aceites o que se prevê venha a acontecer de forma progressiva”.

Com vista a orientar o processo de reconhecimento das transações e outros acontecimentos que possam surgir, facilitar quer o controlo dos registos efetuados, quer a consulta de dados e valores para efeitos de preparação das componentes das demonstrações financeiras, o PGCA procedeu à sistematização e codificação das rúbricas a usar na elaboração dos registos contabilísticos. O Plano apresenta as suas contas estruturadas em nove classes, sendo a classe 0 de uso facultativo e dedicada às Contas de Ordem e as classes de 1 a 8 dedicadas à Contabilidade Geral.

O PGCA apresenta uma estrutura de contas diferente da estrutura prevista no SNC, como se pode verificar através da tabela 1. Com exceção da classe 8, que é igual para ambos os referenciais contabilísticos, são notórias as diferenças na terminologia das restantes classes, o que deriva do facto do SNC incluir conceitos e designações muito próximos dos adotados nas normas do IASB.

Tabela 1: Estruturas das classes de contas do PGCA e do SNC

Classe	PGCA	Classe	SNC
1	Meios Fixos e Investimentos	1	Meios Financeiros e Líquidos
2	Existências	2	Contas a Receber e a Pagar
3	Terceiros	3	Inventários e Activos Biológicos
4	Meios Monetários	4	Investimentos
5	Capital e Reservas	5	Capital, Reservas e Resultados Transitados
6	Proveitos e Ganhos por natureza	6	Gastos
7	Custos e perdas por natureza	7	Rendimentos
8	Resultados	8	Resultados

Fonte: Elaborado a partir do PGCA (2001) e do Código de Contas do SNC (Portaria n.º 1011/2009)

O SNC é um modelo de normalização contabilística utilizado em Portugal. Este modelo foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 em substituição do Plano Oficial de Contabilidade (POC). Pois, o POC, para além de revelar-se insuficiente para algumas

entidades com maiores exigências qualitativas de relato financeiro ... carecia de revisão técnica no que concerne, nomeadamente, a aspectos concetuais, critérios de reconhecimento e mensuração, conceitos de resultados, bem como em relação aos modelos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Trata-se de um modelo de normalização “assente em princípios e não em regras”. É um modelo adaptado das normas internacionais de contabilidade do IASB como adotadas pela UE, surgindo desta forma como uma “estratégia relativamente à harmonização internacional” (DECRETO-LEI n.º 158/2009). É composto pelos seguintes documentos fundamentais: Estrutura conceptual; Bases para a apresentação de demonstrações financeiras; Modelos de demonstrações financeiras; Código de contas; Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF); Norma Contabilística e de Relato Financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE). No seu artigo 3º, o Decreto-Lei 158/2009 dispõe que o SNC é obrigatoriamente aplicável às seguintes entidades:

- a) Sociedades abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais;
- b) Empresas individuais reguladas pelo Código Comercial;
- c) Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada;
- d) Empresas públicas;
- e) Cooperativas;
- f) Agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico.

O SNC veio substituir um referencial que já não respondia ao movimento crescente de uma economia globalizada e surge, também, no sentido de estar mais próximo dos

novos padrões comunitários, por forma a proporcionar ao nosso país o alinhamento com as diretivas e regulamentos em matéria contabilística da UE, sem ignorar, porém, as características e necessidades específicas do tecido empresarial português (DECRETO-LEI N.º 158/2009).

A proximidade dos referenciais contabilísticos de Angola e de Portugal às normas internacionais facilita a comparação da informação financeira entre os diferentes países e, conseqüentemente, os negócios e os acordos bilaterais.

As demonstrações financeiras constituem o *output*, por excelência, da contabilidade. A informação contabilística é parte integrante da informação financeira. Quer para o PGCA (2001), quer para a Estrutura Concetual do SNC (§12), as demonstrações financeiras têm como finalidade “proporcionar a informação acerca da posição financeira, desempenho e alterações na posição financeira de uma entidade a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas”. Este objetivo também está de acordo com a IFRS para PMEs (IASB, 2009, §7). Porém, para que os objetivos da informação financeira sejam atingidos é necessário ter em conta, as suas características qualitativas.

O PGCA (2001) apresenta e define duas características qualitativas da informação financeira que, segundo o mesmo, “são atributos que tornam a informação prestada pelas demonstrações financeiras, útil aos utentes”: a relevância (ser indispensável para a tomada de decisão pelos utilizadores); a fiabilidade (estar livre de erros materiais e de preconceitos). Relacionados com esta última característica estão requisitos como a representação fidedigna dos resultados e da posição financeira da entidade; e a aplicação do primado da substância sobre a forma; da neutralidade; da prudência; e da plenitude.

Além das “características qualitativas da informação financeira”, o PGCA contempla “princípios contabilísticos”. Verificamos que na Estrutura Concetual do SNC alguns destes princípios surgem sob o título “características qualitativas” das demonstrações financeiras. De facto, tratam-se dos mesmos conceitos variando apenas a terminologia. Assim, o PGCA apresenta e define os seguintes princípios contabilísticos: consistência (em regra, devem ser mantidas as mesmas políticas contabilísticas de período para período); materialidade (tem implicação ao nível da plenitude e da relevância da informação); não compensação de saldos (entre ativos e passivos); e a comparabilidade (no tempo e no espaço).

De acordo com a Estrutura Concetual do SNC, emitida pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) (Decreto-Lei n.º 158/2009) com base na Estrutura Conceptual do IASB, toda a informação financeira deve gozar de determinadas características qualitativas, que constituem os atributos que tornam a informação contida nas demonstrações financeiras útil aos seus utilizadores. Esta Estrutura apresenta e define as seguintes características qualitativas principais: compreensibilidade (§25); relevância (§§26-28); fiabilidade (§§31-32); comparabilidade (§§39-42). Na ponderação entre relevância e fiabilidade, a consideração dominante é a que melhor satisfaz as necessidades dos utilizadores na tomada de decisão económica. Estas duas características apresentam algumas restrições, as quais, segundo a Estrutura Conceptual do SNC são as seguintes: tempestividade (§43); balanceamento entre benefício e custo (§44); e balanceamento entre características qualitativas (§45). Porém, a Estrutura Concetual do SNC contempla, ainda, outras características qualitativas da informação financeira: materialidade (§§29-30); representação fidedigna (§§33-34); substância sobre a forma (§35); neutralidade (§36); prudência (§37); plenitude (§38); e apresentação apropriada (§46).

3 METODOLOGIA

O presente estudo é essencialmente de carácter qualitativo. De acordo com Freixo (2010, p.146), o

objetivo desta abordagem de investigação utilizada para o desenvolvimento do conhecimento é descrever ou interpretar, mais do que avaliar. O método qualitativo demonstra a importância primordial da compreensão do investigador e dos participantes no processo de investigação.

O objetivo principal da nossa pesquisa consiste em verificar o nível de percepção que os gestores de PME's localizadas em Luanda e em Lisboa têm quanto à utilidade das informações contabilísticas no processo de tomada de decisão das empresas por eles dirigidas.

Quanto aos procedimentos técnicos, no sentido de Gil (2010), trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de um estudo de caso. Segundo este autor a pesquisa bibliográfica é indispensável na medida em que "permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar directamente, tornando-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço". A nossa pesquisa bibliográfica foi realizada através de consultas em livros, publicações em periódicos, artigos científicos, Diários da República e internet.

O estudo de caso, segundo Freixo (2010, p.109),

constitui a exploração intensiva de uma simples unidade de estudo, de um caso (ex.: indivíduo, família, grupo, comunidade, cultura)... A sua finalidade será descrever de modo preciso os comportamentos de um indivíduo, ... Este método pressupõe que o investigador selecione e determine previamente o tipo de comportamento que pretende observar e consequentemente estudar.

Gil (2010, p.37) descreve o estudo de caso como um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objectos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos". Também, Yin (2010, p.39) apresenta uma definição de estudo de caso, considerando que "é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes".

É um método aplicado em situações em que há acesso a poucos sujeitos (MCQUEEN, KNUSSSEN, 2002).

Tal como Alves e Arima (2006), pretendemos conhecer a utilidade da informação financeira na tomada de decisão, através de um estudo de caso comparativo sobre a percepção dos gestores de PMEs de Luanda e de Lisboa.

Autores como Gil (2010), Yin (2010) e Saunders et al (2009) salientam a possibilidade da pesquisa envolver mais do que uma unidade de análise. Ou seja, tal como nos propomos, é possível efetuar estudos multi-caso. Segundo Saunders et al (2009, p.146-147) a utilização de múltiplos casos permite-nos estabelecer relações entre os mesmos, ou seja, verificar se os resultados do primeiro caso ocorrem em outros casos, concedendo-nos assim a possibilidade de generalizar com base nestes resultados.

Assim, o presente trabalho assenta em duas unidades de análise, cada uma incidindo sobre cinco PMEs do setor terciário. A primeira corresponde às empresas angolanas localizadas em Luanda e a segunda às empresas portuguesas, localizadas em Lisboa. Em qualquer dos casos, a confidencialidade das empresas é rigorosamente mantida.

O estudo de caso realizado, quanto aos objetivos que visa atingir, é de natureza descritiva, exploratória e explicativa.

Gil (2010) e Ryan et al (2002) afirmam que as distinções entre os diferentes tipos de estudos de caso não são completamente claras.

Segundo Freixo (2010, p.106-107), o método descritivo tem como finalidade principal

fornecer uma caracterização precisa das variáveis envolvidas num fenómeno ou acontecimento...O método assenta em estratégias de pesquisa para observar e descrever comportamentos, incluindo a identificação de fatores que possam estar relacionados com um fenómeno em particular.

Para Gil (2010, p.28), as pesquisas descritivas são as investigações que têm por objetivo “levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”, sendo o caso do nosso estudo.

Quanto ao método exploratório, para Gil (2010, p.27), tem como finalidade “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. Este método, geralmente, envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com profissionais na área, e análise de exemplos que estimulem a compreensão; assumindo desta forma, na maior parte dos casos, pesquisas bibliográficas, estudos de caso e trabalho de campo.

O método explicativo, por sua vez, segundo Gil (2010, p.28), visa “identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenómenos”. O autor acrescenta que as pesquisas explicativas aprofundam o conhecimento da realidade porque têm como objectivo “explicar a razão, o porquê das coisas”.

As investigações de carácter exploratório e descritivo, no geral, fazem parte de uma etapa prévia indispensável quando se pretende obter explicações científicas. Um método explicativo pode ser continuação de outro descritivo, uma vez que “a identificação dos fatores que determinam um fenómeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado”. Ou ainda, pode acontecer que um estudo de carácter exploratório tenha como propósito gerar ideias iniciais que formarão a base de uma explicação de práticas contabilísticas (RYAN et al, 2002).

De acordo com Saunders et al (2009, p.362-363) numa pesquisa descritiva ou explicativa, a recolha de dados por questionários representa uma boa técnica, nomeadamente, numa pesquisa descritiva “como a realizada através de questionários de atitude e opinião e questionários de práticas organizacionais, que permitirá identificar e descrever a variabilidade dos fenómenos diferentes”. Distinguem os questionários em função da forma como são administrados: questionários auto-administrados e questionários administrados pelo investigador. Embora existam várias técnicas empíricas de recolhas de dados, tendo em conta a natureza do problema de investigação e os objetivos, consideramos o questionário autoadministrado (enviado pelo correio) como o método mais adequado ao presente estudo.

O questionário adotado no nosso estudo consiste numa adaptação que integra questões incluídas nos questionários usados por Alves (1999), Miotto e Lozecky (2008) e Silva (2010). Inclui apenas questões fechadas. Ou seja, após a leitura da pergunta/questão, o inquirido seleciona entre as respostas possíveis a que considera mais adequada. Para além da folha de rosto, onde se incluiu a instituição envolvida, o título do trabalho, a identificação da natureza da investigação, os agradecimentos pela colaboração, e o contacto do autor, o questionário aplicado é constituído por quatro partes, e estruturado da seguinte forma:

- Identificação da empresa - Nesta primeira parte do questionário, foram colhidas informações sobre o nome da empresa inquirida, a data de constituição e a sua actividade principal, assim

como dados que permitem caracterizar a empresa como pequena e média, nomeadamente o número de trabalhadores e o volume de negócios médio anual.

- Identificação do Inquirido - Neste item, procuramos obter dados sobre o respondente, principalmente quanto à experiência anterior relativamente à gerência, habilitações e área de formação.
- Dados referentes aos sistemas de informação - Esta parte abrange questões sobre a utilização do sistema de informação por parte das PMEs como auxílio à gestão, especialmente os sistemas que usam (ou não), tais como: computador, internet, algum sistema operacional ou de gestão que interligue todas as atividades da empresa e notícias sobre a economia e o setor em que a mesma se insere.
- Caracterização dos serviços contabilísticos - Esta última parte do questionário teve o propósito de colher informações referentes à natureza dos serviços contabilísticos prestados às PMEs, concretamente sobre:
 - O objetivo subjacente à realização da contabilidade da empresa;
 - A área que mais preocupa os responsáveis da empresa;
 - A periodicidade com que os gestores/gerentes recorrem a documentos e informações para a tomada de decisão;
 - O vínculo laboral do responsável da empresa;
 - A função desempenhada pelo responsável da contabilidade da PME e o seu nível académico;
 - A importância das demonstrações financeiras para a tomada de decisão e a periodicidade com que, eventualmente, os responsáveis recorrem a estes documentos;
 - A informação que os responsáveis pela contabilidade enviam aos gestores/gerentes das empresas inquiridas;
 - A implicação do contabilista na tomada de decisão por parte dos gestores/gerentes;
 - Os utilizadores que os inquiridos consideram deverem ter acesso preferencial à informação proporcionada pelas demonstrações financeiras;
 - A opinião do gestor/gerente sobre as finalidades mais importantes que as demonstrações financeiras devem ter;
 - O que as demonstrações financeiras devem permitir avaliar para que o seu conteúdo seja útil aos utilizadores para a tomada de decisão;
 - A posição dos inquiridos quanto à capacidade da informação financeira em realizar previsões e gerar liquidez;
 - A opinião dos inquiridos quanto à utilidade da informação proporcionada pela empresa sobre a sua situação económica e financeira, a sua capacidade para conseguir resultados, e as variações de capital circulante e dos fluxos de tesouraria.

Saunders et al (2009, p.371) salientam a necessidade da realização de um pré-teste, afirmando que um questionário válido fornecerá dados mais precisos, fiáveis e consistentes. Assim, para assegurar a qualidade do questionário, foi realizado um pré-teste com três gestores/gerentes de Angola com características semelhantes às dos sujeitos (gestores/gerentes de PMEs) da nossa investigação. Foi possível verificar que os sujeitos compreenderam na sua plenitude as questões colocadas e não tiveram dificuldades em responder, pelo que consideramos o questionário como validado.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS OBTIDOS

Em Angola, tem-se verificado um crescimento significativo na área dos serviços “consequência das necessidades proeminentes das empresas que têm surgido nos últimos anos. São serviços secundários e de apoio às atividades empresariais, sem os quais não seria possível o crescimento destas” (MEXIA, 2010, p.67). Segundo a Lei das Atividades Comerciais de Angola aprovada pela Assembleia Nacional (DIREÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO, 2007), o setor comercial representa um segmento relevante na criação de uma estrutura económica moderna, visto ter uma grande influência na estrutura do território e da população angolana na criação de empresas e empregos. O documento refere também que, “este setor encontra-se polarizado entre o pequeno comércio de carácter tradicional, maioritariamente informal e as grandes superfícies e grupos comerciais, com um número elevado de agentes do comércio não licenciados”.

Em Portugal, de acordo com os relatórios e análises do Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) dos anos de 2010 a 2012, ao longo do ano 2010, no setor terciário foi onde se verificou a maior concentração de emprego (61,4%; 61,3 %; 61,3%; e 61,7 %, respetivamente no primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres). No ano seguinte, verificou-se, relativamente ao primeiro, segundo, terceiro e o quarto trimestres, um aumento de importância do setor terciário (1,1%; 1,0%; 1,4%; e 1,8%, respetivamente). Perante estes factos, podemos afirmar que o setor terciário é o que está a contribuir mais para a economia.

As respostas obtidas nos questionários apresentados permitiram caracterizar e conhecer, relativamente às questões levantadas, as empresas que constituem as unidades de análise selecionadas. Estas unidades, tal como estabelecido à partida, estão integradas no setor terciário, concretamente nas áreas de informática; consultoria financeira, de gestão de projetos e de contabilidade; atividades administrativas e comércio a retalho de equipamentos informáticos e mobiliário.

Por razões de confidencialidade, solicitada por alguns dos responsáveis, optamos por efetuar a identificação das empresas através de um código. Os códigos foram atribuídos a partir da própria designação da empresa. A tabela 2 apresenta a data da constituição das empresas, o número de empregados e o respetivo volume de negócios médio anual.

Tabela 2: Data de constituição, nº de empregados e volume de negócios médio anual

País de origem	Empresas	Data da constituição	Nº de empregados	Volume de negócios
Angola	ALG	2008	12	193.049,00 €
	ISA	2010	15	463.317,00 €
	LUS	2008	12	200.771,00 €
	SEC	2007	17	540.536,00 €
	NAS	2006	13	386.097,00 €
Portugal	ANT	1978	12	850.000,00 €
	ASS	1995	18	4.500.000,00 €
	NIU	1995	13	2.000.000,00 €
	CIT	1987	29	5.000.000,00 €
	VER	2005	25	4.500.000,00 €

Fonte: Dados da pesquisa

Todas as empresas angolanas são relativamente recentes, visto que a sua vida varia entre dois e seis anos. As empresas portuguesas são mais antigas, pois todas têm mais de seis anos de existência.

Qualquer das empresas consideradas no estudo satisfaz os critérios de uma PME, de acordo com o número de empregados efetivos e o volume de negócios. Ou seja, os critérios previstos no estatuto da nova Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas (LEI N.º 30/11, 13 de Setembro de 2011) para as empresas angolanas e a Recomendação da Comissão de 6 de Maio de 2003 (2003/361/CE) relativa à definição de PME's para as empresas portuguesas. No entanto, verificamos que as empresas portuguesas têm uma dimensão ligeiramente maior, pois possuem mais trabalhadores e maior volume de negócios.

Quanto aos inquiridos e à sua eventual experiência anterior no mesmo tipo de função na empresa atual, verificamos que, no tocante a 60% das empresas angolanas (ALG, LUS e NAS), os seus gestores/gerentes não possuíam tal experiência. No caso de 60% das empresas portuguesas (CIT, VER e ASS), passava-se exactamente o contrário. Ou seja, os seus gestores/gerentes tinham exercido funções semelhantes. Chiavenato (2007, p.15) considera que 72% das causas mais comuns de falha nos negócios está centrada nos fatores económicos, destacando-se: incompetência do empreendedor, falta de experiência de campo, falta de experiência no processo de gestão e, experiência desequilibrada.

Considerando que a formação constitui um fator de extrema importância para o sucesso de qualquer atividade no universo dos negócios, a questão seguinte teve como objetivo conhecer as habilitações literárias e a área de formação dos respondentes. Verificamos que, quer no caso das empresas angolanas quer no caso das empresas portuguesas, todos os respondentes têm formação superior, o que difere de Silva (2010) que constatou que 50,5% dos respondentes só possuía até ao ensino secundário. No que concerne à área de formação, em ambos os casos, está maioritariamente ligada à gestão, o que diverge também de Silva (2010) que observou que entre os respondentes que detêm formação superior, em 58,8% dos casos a sua área de formação não estava relacionada com os negócios.

Relativamente aos sistemas e/ou fontes de informação utilizados pelas empresas, verificamos que todas as inquiridas utilizam o computador, a internet e algum sistema operacional. Relativamente às notícias sobre a economia e o setor a que a empresa pertence, constatamos que entre os inquiridos de cada país, 60% declaram utilizar tais informações. A grande diferença entre os dois grupos de empresas estudadas está no sistema integrador das atividades. A maioria das empresas angolanas (80%) utiliza algum sistema dessa natureza. Em Portugal, apenas, 40% declaram fazê-lo. Silva (2010) verificou que dos inquiridos, 93,2% faz uso do computador, 86,4% da internet, 41,7% fazem controlo de compras, vendas, contas a pagar e a receber e controlo de *stock*, 13,6% possuem algum tipo de sistema de gestão e 36% releva notícias sobre a economia e o setor em que a empresa se integra.

Quanto à caracterização dos serviços contabilísticos, as questões colocadas procuram obter informações referentes à natureza dos serviços contabilísticos prestados às PMEs. Assim, a primeira deste grupo de questões incidiu sobre o objetivo da realização da contabilidade. Verificamos uma grande diferença entre as respostas dadas pelos dois grupos de empresas. Enquanto 80% dos gestores/gerentes das empresas angolanas encaram a contabilidade como um instrumento para responder essencialmente aos requisitos fiscais mas, também, para auxiliar na tomada de decisão, apenas 40% dos gestores/gerentes das empresas portuguesas defendem a mesma posição. Entre as empresas angolanas, observamos que apenas 20% parece dar idêntico destaque à ótica fiscal e à ótica de gestão, enquanto no caso português são 40% das empresas

que apresentam a mesma visão. Por fim, verificamos que 20% dos inquiridos das empresas portuguesas encara a contabilidade como um instrumento para responder a outros requisitos, designadamente apenas na ótica da gestão.

Miotto e Lozecky (2008), em resposta a questão semelhante, verificaram que 32% das empresas faziam contabilidade essencialmente numa ótica fiscal e 47% numa ótica fiscal e de gestão, devido à necessidade de obter informações e facilitar o controlo nas suas empresas. Num estudo semelhante Oliveira et al (2000, p.9-10) constataram que 90% das empresas usavam as informações geradas pelo sistema de informações contabilístico, tanto para questões de foro fiscal como de gestão.

No que concerne à área que mais preocupa os responsáveis, verificamos que, quer em Angola quer em Portugal, é a área financeira que mais preocupa a maior parte dos gestores/gerentes (80%). Esta situação é consistente com Miotto e Lozecky (2008, p.8), que verificaram que mais de metade das empresas inquiridas (55,55%) tinham uma preocupação maior com a área financeira, pois trata-se do “coração da empresa” e é onde se encontram todos os recursos que a empresa possui.

No processo de gestão, os gestores/gerentes utilizam diversos documentos e informações de uma vasta gama de fontes (orçamento; folha de caixa; análise de investimentos; análise das demonstrações financeiras; planeamento fiscal; controlo de *stocks*, de contas a pagar, de contas a receber, e do imobilizado). A periodicidade com que o fazem diverge, mas recorrem à maioria das fontes, sobretudo, mensal e anualmente. Num estudo semelhante, Miotto e Lozecky (2008) verificaram que a maioria das empresas recorre a estes documentos e informações no seu processo de gestão, com exceção do orçamento e análise de investimentos, que a maioria das empresas não utiliza.

Procuramos, também, conhecer a situação dos responsáveis pela contabilidade face às empresas. As respostas evidenciaram que, nas empresas angolanas analisadas, todos os responsáveis pela contabilidade integram o respetivo quadro do pessoal, o que diverge do estudo desenvolvido por Miotto e Lozecky (2008) sobre a mesma temática. Estes autores verificaram que quase 90% das empresas (micro e pequenas empresas) preferiam que a contabilidade das empresas fosse feita por gabinetes de contabilidade, dado terem um custo inferior. Segundo estes autores, sendo a qualidade dos serviços a mesma, podem sempre optar pelo de menor custo. De forma semelhante, Silva (2010) verificou que para quase 100% dos inquiridos, a contabilidade das empresas era efetuada num escritório de contabilidade. No que se refere às empresas portuguesas, o cenário é diferente. Neste caso, as respostas evidenciaram que, apenas, 40% dos responsáveis pela contabilidade das empresas integram o respetivo quadro do pessoal, enquanto nas 60% restantes, os responsáveis pela contabilidade são profissionais liberais.

Embora, como verificado, algumas empresas não efetuem a contabilidade internamente há sempre um responsável pela sua realização e apresentação. Assim, entendemos ser relevante conhecer a função desempenhada pelos responsáveis pela contabilidade das empresas. As respostas obtidas evidenciam diferenças significativas entre os casos das empresas angolanas e portuguesas. Enquanto no primeiro caso, quase todos os responsáveis pela contabilidade são diretor financeiro/gestor financeiro e, apenas, um ocupa outro cargo, no segundo caso a situação é inversa. Ou seja, apenas um dos responsáveis pela contabilidade é diretor financeiro/gestor financeiro e os restantes ocupam outros cargos.

Uma vez verificada a função desempenhada pelo responsável pela execução da contabilidade da empresa, sentimos a necessidade de conhecer o seu nível académico. Reconhecemos que para o

sucesso das organizações é, cada vez mais, necessário e exigente a formação. Pois, provavelmente, profissionais com um nível de formação mais elevado proporcionarão, também, serviços mais qualificados. Constatamos que nas empresas em estudo, de ambos os países, 80% dos responsáveis pela execução da contabilidade são licenciados, sendo que, em Portugal, um dos elementos detém, ainda, uma pós-graduação. Silva (2010) verificou que 49,5% dos contabilistas eram pós-graduados, 32% licenciados e 18,5% não possuíam ensino superior.

De acordo com um estudo levado a cabo no Brasil pelo SEBRAE (2007: 4), um dos fatores que tem desempenhado um papel fulcral para o aumento da taxa de sobrevivência de pequenas empresas reside no aumento das qualificações dos empresários. Ou seja, os empresários com curso superior completo ou incompleto representam 79% do total, e os que possuem experiência anterior em empresa privada aumentou de 34% em 2002 para 51% em 2005, tornando-se mais capacitados para enfrentar os desafios do mercado e, contribuindo simultaneamente para a melhoria do ambiente económico e uma maior qualidade empresarial.

Na questão seguinte perguntamos sobre a importância das demonstrações financeiras para a tomada de decisão e procuramos saber, no caso afirmativo, qual a periodicidade com que os responsáveis recorriam a estes documentos. Os resultados obtidos evidenciam que, quer em Angola quer em Portugal, para quase todas as empresas, as demonstrações financeiras referidas na Norma contabilística e de relato financeiro (NCRF) 1, são importantes para a tomada de decisões, embora as empresas recorram às mesmas com regularidades diferentes. Em Angola, as notas explicativas (Anexo) foram excluídas por 40% das empresas como sendo importantes para a tomada de decisão. O balancete (não integra as demonstrações financeiras referidas na NCRF 1) e a demonstração dos resultados são demonstrações elaboradas por quase todas as empresas mensalmente, enquanto a demonstração dos fluxos de caixa é, também, utilizada por todas as empresas e com uma frequência mensal. Em Portugal, verificamos que o balancete é considerado por todas as empresas como sendo uma demonstração financeira importante para a tomada de decisões e o mesmo é elaborado mensalmente por 60% das empresas e trimestralmente por 40%. O balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são em geral, demonstrações elaboradas anualmente pelas empresas portuguesas.

Deste modo, os resultados do nosso estudo quanto a esta questão estão em conformidade com os resultados de Porton e Longary (2006, p.21), que, num estudo semelhante, constataram que 85% das empresas inquiridas utilizavam informações contabilísticas nos seus processos de decisão.

Em seguida, procuramos conhecer qual a informação que os gestores/gerentes das empresas inquiridas recebiam dos responsáveis pela sua contabilidade. Constatamos que a tendência das respostas entre os inquiridos das empresas dos dois países é semelhante quanto às informações sobre a situação financeira e económica. No que concerne a informações sobre outros aspetos operacionais, 60% dos inquiridos angolanos recebem essa informação dos responsáveis pela sua contabilidade, enquanto nas empresas portuguesas, essa situação ocorre, apenas, em relação a um dos inquiridos (20%).

Entendemos, também, ser relevante conhecer a implicação do contabilista na tomada de decisão por parte dos gestores/gerentes. E, no caso de não haver qualquer implicação do contabilista antes da tomada de decisão, procuramos conhecer o processo da tomada de decisão. Em termos globais, as respostas, em Angola e Portugal, apresentam grandes diferenças. Constatamos que em Angola, em todas as empresas o contabilista é consultado para efeito da realização do planeamento financeiro. Relativamente à decisão de contrair empréstimos bancários para satisfazer necessidades de tesouraria e de adquirir ativos tangíveis, o contabilista também é

consultado, mas apenas em 60% das empresas. Para efeitos da elaboração do planeamento financeiro, em Portugal, em 60% das empresas inquiridas, verificamos que o contabilista é consultado antes da tomada de decisão. Em relação à contratação de empréstimos bancários para satisfazer necessidades de tesouraria e aquisição do imobilizado, o contabilista é consultado em 20% das empresas portuguesas.

Quer o SNC quer o PGCA referem que as demonstrações financeiras, em conformidade com os respetivos normativos, devem ser disponibilizadas aos utilizadores da informação financeira. Neste sentido, procuramos conhecer quais são os utilizadores que os inquiridos consideram que devem ter acesso preferencial à informação financeira. Em Angola, os gestores/gerentes das PMEs inquiridos consideram como principais utilizadores da informação financeira os investidores, seguindo-se os financiadores e o governo e seus departamentos. Em último lugar, empregados, fornecedores e outros credores, clientes, e público. Em Portugal, as respostas evidenciam opiniões prevalecentes sobre financiadores, como sendo os utilizadores que devem preferencialmente ter acesso à informação financeira, seguindo-se os investidores. Em relação a fornecedores e outros credores, só dois dos inquiridos em Portugal os consideram como sendo os principais utilizadores da informação financeira. Finalmente, empregados, governo e seus departamentos, apenas um.

De realçar que enquanto em Angola 60% dos inquiridos considera que todos os utilizadores referidos no PGCA devem ter acesso de igual forma à informação financeira, em Portugal nenhum inquirido declarou o mesmo. Verificamos uma diferença significativa nas respostas entre os dois países, relativamente a empregados, fornecedores e outros credores, clientes, e público. No primeiro país, 60% dos inquiridos afirmaram que estes utilizadores devem também ter acesso preferencial à informação referida, enquanto no segundo país, clientes e público nem sequer são mencionados e, quanto a empregados e governo e seus departamentos, apenas 20%.

Dado que as demonstrações financeiras (concretamente, o balanço) evidenciam a posição financeira das organizações entendemos, também, ser relevante investigar sobre a opinião dos gestores/gerentes sobre as finalidades mais importantes que estas demonstrações devem ter, a partir das seguintes questões (ALVES, 1999, p.175):

- 1ª - Cumprir as obrigações legais;
- 2ª - Prestar contas aos acionistas e proprietários da empresa;
- 3ª - Satisfazer as necessidades informativas de outros utilizadores;
- 4ª - Utilidade para estabelecer os objectivos de política macroeconómica.

Tal como Alves (1999), os resultados obtidos permitem afirmar que, em ambos os países, todos os inquiridos são unânimes em considerar que prestar contas aos acionistas e proprietários é a finalidade mais importante que as demonstrações financeiras devem ter. Na mesma linha Callier (2012, p.7) defende que a contabilidade financeira consiste no registo das transacções financeiras, visando, principalmente, relatar o desempenho da organização aos utilizadores externos, com o foco principal nos acionistas.

Em Angola, a satisfação das necessidades informativas de outros utilizadores, também mereceu um número significativo de respostas positivas (80%). Segue-se o cumprimento de obrigações legais (60%). A finalidade menos importante entre os aspetos referidos parece ser a utilidade para o estabelecimento dos objetivos de política macroeconómica (40%), o que é consistente com Alves (1999).

Em Portugal, constatamos que os inquiridos da maioria das empresas (80%) considera que uma das finalidades mais importantes que as demonstrações financeiras devem ter é cumprir

obrigações legais. Por fim, está a utilidade para estabelecer os objetivos de política macroeconómica e a satisfação das necessidades informativas de outros utilizadores (60%), como sendo uma das finalidades mais importante que as demonstrações financeiras devem ter. Não encontramos grandes diferenças nas respostas entre os dois casos, no entanto, os resultados relativos às empresas angolanas são mais consistentes com os de Alves (1999) do que os das empresas portuguesas.

De acordo com o atual paradigma da contabilidade, a informação financeira deve ser útil para quem dela faz uso. Neste sentido, levanta-se a dúvida sobre a que questões a informação deverá responder para se pautar pela referida utilidade. Assim, a questão foi elaborada com base nas seguintes hipóteses (ALVES, 1999, p.178-179):

- 1ª - O comportamento económico-financeiro da empresa;
- 2ª - Estabilidade e vulnerabilidade da empresa;
- 3ª - A eficácia da empresa no cumprimento de objetivos;
- 4ª - A capacidade da empresa para manter recursos fixos e circulantes;
- 5ª - A capacidade da empresa para financiar o seu ativo adequadamente;
- 6ª - A capacidade da empresa para remunerar as fontes de financiamento.

A maioria dos gestores/gerentes angolanos (80%) considerou que, para que as demonstrações financeiras sejam úteis devem permitir avaliar a eficácia da empresa no cumprimento de objetivos e a capacidade da empresa financiar o seu ativo adequadamente. Relativamente às restantes hipóteses, apenas 60% dos respondentes reconhece que para que o conteúdo das demonstrações financeiras seja útil e adequado para a tomada de decisões deve permitir avaliar o comportamento económico-financeiro da empresa; a estabilidade e vulnerabilidade da empresa; a capacidade da empresa para manter recursos fixos e circulantes e para remunerar as fontes de financiamento.

Em Portugal, é significativo o número de respostas afirmativas a todas as hipóteses colocadas, com exceção da eficácia da empresa no cumprimento de objetivos, em que apenas três dos inquiridos responderam afirmativamente. Alves (1999) concluiu, também, que em Portugal as percentagens de respostas afirmativas relativamente a estas questões eram significativas.

Tendo em conta que a informação financeira poderá contribuir para a realização de previsões, procuramos identificar a posição dos inquiridos quanto a esta eventual capacidade, assim como sobre a capacidade de gerar liquidez. Verificamos que, em ambos os países, os inquiridos consideram que as demonstrações financeiras publicadas devem proporcionar informações sobre a capacidade de gerar liquidez. Em relação à previsibilidade, em Portugal 60% dos gestores/gerentes reconhecem que a partir destas demonstrações podemos conseguir informações sobre a possibilidade de obter resultados no futuro, enquanto em Angola apenas um gestor/gerente o fez (20%). Tal como Alves (1999), que concluiu que em Portugal os inquiridos relevaram o segundo aspeto (85,2%), parece possível afirmarmos que, neste estudo, a segunda hipótese é a mais relevante para os inquiridos.

Finalmente procuramos conhecer a opinião dos inquiridos quanto à utilidade da informação proporcionada por uma empresa sobre a sua situação económica e financeira, a sua capacidade para conseguir resultados e as variações de capital circulante e dos fluxos de tesouraria. É claro que toda esta informação é importante, desde que apresente as características qualitativas desejáveis. Ou seja, cumpra os requisitos qualitativos da informação financeira (em especial, compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade). Nesta questão, o objetivo é conhecer a opinião dos inquiridos quanto à

utilidade da informação proporcionada por uma empresa sobre a sua situação económica e financeira para:

- 1º - Estimar a possibilidade da empresa para vir a obter lucros e meios monetários;
- 2º - Prever as necessidades que a empresa terá de obter recursos a curto e longo prazo no futuro;
- 3º - Prever as necessidades de tesouraria que a empresa terá para remunerar e amortizar as fontes de financiamento e a capacidade para as renovar;
- 4º - Estimar as possibilidades que a empresa terá para subsistir no seu setor de atividade (ALVES, 1999, p.187).

Notamos que, em geral, os inquiridos portugueses acreditam mais na informação fornecida pela empresa relativamente aos assuntos em análise que os angolanos, com exceção da última questão. Em Angola, os gestores/gerentes estão menos convictos (20%) em relação à utilidade da informação financeira para saber da capacidade da empresa para estimar a possibilidade de obter lucros e meios monetários no futuro, seguindo-se da capacidade de prever as necessidades que a empresa terá de obter recursos a curto e longo prazo no futuro (60%). Neste caso, o aspecto que obteve maior aceitação tem a ver com a utilidade da informação referida para saber da capacidade da empresa de prever as necessidades de tesouraria que a empresa terá para remunerar e amortizar as fontes de financiamento e a capacidade para as renovar, e estimar as possibilidades que a empresa terá para subsistir no seu setor de atividade (80%).

Em Portugal, a hipótese que mereceu maior adesão, face à utilidade da informação financeira, foi a capacidade da empresa para prever as necessidades que a empresa terá de obter recursos a curto e longo prazo no futuro (100%), seguindo-se a capacidade da empresa para estimar a possibilidade de vir a obter lucros e meios monetários e prever as necessidades de tesouraria que a empresa terá para remunerar e amortizar as fontes de financiamento e a capacidade para as renovar (80%). Estimar as possibilidades que a empresa terá para subsistir no seu setor de atividade foi o aspeto que em Portugal teve a menor aceitação (40%). Como referimos anteriormente, a questão seguinte visa

conhecer a opinião dos inquiridos quanto à utilidade da informação proporcionada por uma empresa sobre a sua capacidade para conseguir resultados visando:

- 1º - Avaliar as mudanças na estrutura do activo fixo que serão necessárias, no futuro;
- 2º - Prever a capacidade para gerar fluxos de tesouraria;
- 3º - Estimar o grau de eficácia com que a empresa pode utilizar recursos adicionais (ALVES, 1999, p.190).

Uma vez mais, em geral, os inquiridos portugueses acreditam mais nas potencialidades da informação financeira fornecida pela empresa para efetuar as avaliações e previsões que os angolanos. Em Angola, nenhuma das empresas reconhece a utilidade da informação proporcionada por uma empresa sobre a sua capacidade para conseguir resultados para avaliar as mudanças na estrutura do ativo fixo que serão necessárias no futuro. Neste país, a maioria das empresas estudadas (80%) considera que esta informação tem utilidade para prever a capacidade para gerar fluxos de tesouraria e para estimar o grau de eficácia com que a empresa pode utilizar recursos adicionais. Em Portugal, as entidades inquiridas dão maior relevo à segunda questão (100%), seguindo-se a primeira (80%). E por fim, a última com três respostas afirmativas (60%).

Notamos que as diferenças entre os países são mais significativas em relação à primeira questão, em que nenhum dos inquiridos angolanos respondeu afirmativamente, enquanto 80% dos

portugueses reconhece que a informação proporcionada por uma empresa sobre a sua capacidade para conseguir resultados tem utilidade.

Alves (1999) observou que as percentagens de respostas afirmativas variavam entre 50% e 75%, dando maior relevo à segunda questão, tal como verificamos no presente estudo. Por fim, a última questão colocada visou recolher a opinião dos inquiridos quanto à

utilidade da informação proporcionada por uma empresa sobre as variações de capital circulante e dos fluxos de tesouraria com o objectivo de:

1º - Valorizar as actividades de financiamento, investimento e exploração de um período;

2º - Estimar a capacidade da empresa para gerar tesouraria;

3º - Prever as necessidades de tesouraria que terá no futuro (ALVES, 1999, p.192).

A comparação entre as respostas em Angola e em Portugal permite encontrar algumas diferenças. Enquanto em Angola a primeira e a terceira questões são consideradas de elevada utilidade apenas por 20% dos inquiridos, a segunda questão é considerada de grande utilidade por todas as empresas. Em Portugal, as questões são globalmente consideradas de elevada utilidade. Constatamos que 60% dos inquiridos consideram a primeira e a terceira questões de grande utilidade. Relativamente à segunda questão, tal como em Angola, todos os respondentes portugueses reconhecem a sua elevada utilidade.

Os resultados obtidos em Portugal são consistentes com os resultados de Alves (1999), que verificou que, em Portugal, no geral, as questões eram consideradas de elevada utilidade (entre 61,7% e 77,4%).

5. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E LINHAS DE INVESTIGAÇÃO FUTURAS

Reconhecendo o papel crucial da informação no processo de tomada de decisão, este estudo teve como propósito verificar a importância da informação financeira para a tomada de decisão nas organizações através das percepções dos gestores de PMEs de Luanda e de Lisboa, a partir de um estudo de caso comparativo. Adotamos o questionário como método de recolha de dados. Desta forma, depois de efetuada uma comparação entre as respostas obtidas retiramos as seguintes conclusões principais:

- Os inquiridos angolanos consideram a contabilidade como um instrumento para responder essencialmente aos requisitos fiscais mas, também, para auxiliar na tomada de decisão, enquanto apenas dois dos inquiridos portugueses defendem a mesma posição. Dois dão idêntico destaque à ótica fiscal e à ótica de gestão e um encara a contabilidade como um instrumento para responder a requisitos meramente na ótica da gestão;

- A área financeira é para todos os inquiridos aquela que requer o nível de atenção mais elevado, pois trata-se do motor da empresa e é onde se encontram todos os recursos que a empresa possui;

- O estudo demonstra que, em ambos os países, no processo de gestão, os gestores/gerentes utilizam documentos/instrumentos como: orçamento; folha de caixa; análise de investimentos; análise das demonstrações financeiras; planeamento fiscal; controlo de *stocks*, de contas a pagar, de contas a receber, e dos activos tangíveis, com periodicidade diferente, sobretudo, mensal e anualmente;

- Quase todas as empresas estudadas, em ambos os países, possuem como responsáveis pela execução da contabilidade, funcionários com ensino superior, o que pressupõe maior capacidade para enfrentar os desafios de um mercado cada mais competitivo;
- Os resultados obtidos evidenciam que, quer em Angola quer em Portugal, para quase todas as empresas, as demonstrações financeiras são importantes para a tomada de decisões, embora as empresas recorram às mesmas com regularidades diferentes;
- Em Angola, no geral, o contabilista é consultado antes da tomada de decisão sobre a contração de empréstimos, aquisição de ativos tangíveis e da elaboração de planeamento financeiro. No caso português, o mesmo só acontece com alguma peso no que se refere ao planeamento financeiro da empresa;
- A maioria dos respondentes angolanos considera que todos os utilizadores da informação financeira devem ter acesso preferencial à informação financeira. No entanto, destacam-se os investidores, seguindo-se os financiadores e o governo e seus departamentos. Em Portugal, as respostas evidenciam, também, opiniões prevaletentes sobre financiadores e investidores;
- Em ambos os países, prestar contas aos acionistas e proprietários é, para os gestores/gerentes, a finalidade mais importante que as demonstrações financeiras devem ter. Nas empresas angolanas, segue-se a satisfação das necessidades informativas de outros utilizadores e nas empresas portuguesas segue o cumprimento das obrigações legais;
- De acordo com os inquiridos de ambos os países, de modo a serem úteis para quem dela faz uso, as demonstrações financeiras devem permitir avaliar: o comportamento económico-financeiro da empresa, a sua estabilidade e vulnerabilidade, a sua eficácia no cumprimento de objectivos definidos, assim como a sua capacidade para manter recursos fixos e circulantes, financiar o seu activo adequadamente e remunerar as fontes de financiamento. Contudo, em Portugal, as respostas afirmativas evidenciadas são mais significativas;
- Quanto às demonstrações financeiras publicadas, os inquiridos dos dois países consideram que estas devem proporcionar informações sobre a capacidade de gerar liquidez. Em relação à previsibilidade, em Portugal, três dos gestores/gerentes reconhece que a partir destas demonstrações se pode conseguir informações sobre a possibilidade de obter resultados no futuro, enquanto em Angola apenas um o faz;
- A maioria dos respondentes angolanos acredita na informação proporcionada por uma empresa sobre a sua situação económica e financeira para prever as necessidades que a empresa terá de obter recursos a curto e longo prazo no futuro; prever as necessidades de tesouraria que a empresa terá para remunerar e amortizar as fontes de financiamento e a capacidade para as renovar; estimar as possibilidades que a empresa terá para subsistir no seu setor de atividade. Dos resultados obtidos em Portugal, “estimar a possibilidade da empresa para vir a obter lucros e meios monetários, prever as necessidades que a empresa terá de obter recursos a curto e longo prazo no futuro e, prever as necessidades de tesouraria que a empresa terá para remunerar e amortizar as fontes de financiamento e a capacidade para as renovar” tiveram maior aceitação;
- No geral, os inquiridos dos dois países em estudo acreditam nas potencialidades da informação financeira fornecida pela empresa para avaliar as mudanças na estrutura do activo fixo que serão necessárias, no futuro; prever a capacidade para gerar fluxos de tesouraria; e estimar o grau de eficácia com que a empresa pode utilizar recursos adicionais, com exceção do primeiro aspeto para Angola;

- Os inquiridos, quer angolanos quer portugueses, são unânimes relativamente à elevada utilidade da informação proporcionada por uma empresa sobre as variações de capital circulante e dos fluxos de tesouraria para estimar a capacidade da empresa para gerar tesouraria. Quanto a valorizar as atividades de financiamento, investimento e exploração de um período e prever as necessidades de tesouraria que terá no futuro, também, são consideradas de grande utilidade em Portugal com três afirmações, enquanto em Angola apenas com uma.

De notar que os inquiridos dos dois países em estudo reconhecem a importância da informação financeira para a tomada de decisões no mundo empresarial. Porém, em Portugal, o nível de percepção parece ser mais elevado.

Relativamente aos objetivos específicos, o primeiro consiste em “caracterizar a importância das PMEs no contexto das economias, nomeadamente angolana e portuguesa”. A investigação demonstrou que as PMEs são o motor do desenvolvimento das economias, quer de países em vias de desenvolvimento quer de países desenvolvidos. Este segmento de empresas representa, nos diversos países, a principal fonte de emprego, de empreendedorismo e da inovação, promovendo desta forma a competitividade e o emprego.

Quanto ao segundo objetivo específico, “descrever o papel da informação financeira na tomada de decisão nas PMEs”, o estudo confirmou a importância deste tipo de informação no processo de decisão nas PMEs. Pois, num mercado extremamente competitivo e em constante mudança, torna-se cada vez mais indispensável ter conhecimentos sobre a empresa e geri-la de maneira eficiente e eficaz, sob pena de pôr em causa a sua continuidade. De acordo com o SEBRAE (2007, p.38), para 68% dos empresários de empresas extintas, a principal causa do elevado índice de mortalidade de empresas assenta na falha de gestão, destacando-se a falta de conhecimentos no processo de gestão, desconhecimento do mercado e causas económicas. Enquanto para empresas ainda ativas, 71% deles considera o bloco de políticas públicas e arcabouço legal como uma das maiores dificuldades no processo de gestão da empresa.

O terceiro objetivo específico diz respeito à “comparação do PGCA com o SNC”. Angola e Portugal são dois países culturalmente muito próximos, sobretudo no que concerne à língua. No entanto, são também países com diferenças significativas relativamente às questões referentes à economia, sociedade, política e sistema legal. No que respeita à contabilidade, o PGCA revela uma necessidade de atualização. No caso português, o SNC foi adotado em 2010 em substituição do POC, no sentido de acompanhar o esforço de harmonização contabilística ao nível internacional. Este modelo surge também no âmbito da modernização contabilística ocorrida na UE, em sintonia com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, sendo desta forma considerada “uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional” (SNC, 2009). O SNC garante transparência, uniformização, comparabilidade e padronização da informação financeira, facilitando desta forma a tomada de decisão dos investidores em diferentes mercados.

Foram também identificadas outras diferenças entre o PGCA e o SNC, de que são exemplo as que se referem à terminologia da maior parte das classes, devido ao SNC apresentar grande proximidade entre os conceitos e sua designação, consequência da adaptação direta do normativo do IASB.

As limitações do presente estudo estão relacionadas com o próprio método de investigação adotado, o estudo de caso. O que significa que os resultados obtidos não podem ser generalizados (YIN, 2010) e além disso podem colocar-se, segundo Ryan et al (2002), problemas relacionados com o enviesamento do investigador; a subjetividade; ou a ética da relação do investigador com os seus sujeitos.

Angola, sendo um país com uma paz recente, após enfrentar mais de 25 anos de guerra civil ininterrupta que terminou em 2002 (BAFD/OCDE, 2005), não possui uma base de dados consistente e atualizada sobre o assunto em estudo. E, sobre algumas informações que possam existir, muitas delas estão sob a proteção entidades responsáveis pelas mesmas. Daí a dificuldade sentida na recolha de informação.

Quanto às possíveis linhas de investigação futura, consideramos de extrema importância que este assunto seja explorado quer em Angola quer em Portugal, utilizando como método de recolha de dados não só o questionário, mas também a pesquisa de campo. Consideramos, também, que se poderia aumentar a dimensão da amostra de forma a torna-la representativa e a permitir um estudo mais profundo. Ou, ainda, realizar um estudo comparativo sobre a importância da informação financeira no processo de tomada de decisão entre as PME e as Grandes Empresas.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. *Estrutura Conceptual da Contabilidade: uma abordagem empírica*, 1999. Dissertação de mestrado, Curso de Mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais. Universidade Aberta. Lisboa.

ALVES, N. F.; ARIMA, C. H. Relevância da Contabilidade Financeira para o processo decisório: O caso do Grupo Zema. *Revista Contexto*, v. 6, n 9, 1º Semestre 2006.

ANDRADE, V. P. *As Experiências e Perspectivas das Pequenas e Médias Empresas em Angola*. 2002, Dezembro Luanda. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-iles/bueros/angola/hosting/upd12_02andrade.pdf> . Acesso em: 02 abr. 2012.

ANJOS, L. C. M.; MIRANDA, L. C.; SILVA, D. J. C. Utilização de informações contábeis em cooperativas: são os contadores necessários? *Revista Ambiente Contábil da Faculdade de Natal*, v. 3, n.1, p.89-105. 2011.

ARDIC, O. P.; MYLENKO, N.; SALTANE, V. *Small and medium enterprises: a cross-country analysis with a new data set*. Policy Research Working Paper 5538. The World Bank. January 2011. Disponível em: <<http://elibrary.worldbank.org/content/workingpaper/10.1596/1813-9450-5538>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE ANGOLA. Lei n.º 30 de 13 de Setembro de 2011. Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas. 2011.

BAFD/OCDE. *Perspectivas Económica na África*. OECD. 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/countries/angola/35350793.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2012.

BARROS, V. M. O novo velho enfoque da informação contábil. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v. 16, n. 38, p: 102-112. 2005.

BNA. Departamento de Supervisão de Instituições Financeiras. Relatório de Supervisão 2009. Disponível em: <<http://www.bna.ao/uploads/%7B90946200-00d9-412e-9d22-750a04029151%7D.pdf>>. Acesso em: 25 fev.2012.

BORBA, J. A.; MARTENDAL, T.; MURCIA, F. D. Analisando a utilização da contabilidade nas empresas familiares de pequeno porte de Santa Catarina: um estudo múltiplo de casos. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 5, n.14, p. 9-22. 2006.

CAMPOS, J. G. F.; NISHIMURA, A. T.; RAMOS, H. R.; CHEREZ, R. L.; SCALFI, V. B. *As pequenas e médias empresas no Brasil e na China: uma análise comparativa*. XI SEMEAD: Empreendedorismo em organizações. Agosto, 2008. *Anais...* Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=895>. Acesso em: 18 fev.12.

CHIAVENATO, I. *Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor*. Empreendedorismo e viabilidade de novas empresas: um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio. 2 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

COLLIER, P. *Accounting for managers: interpreting accounting information for decision-making*. 4 ed. Wiley, 2012.

BRASIL. *Lei Complementar n.º 139* de 10 de Novembro de 2011. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp139.htm>. Acesso em: 24 jan.2012.

PORTUGUAL. *Decreto-Lei n.º 158/2009* de 13 de Julho. D.R. I Série. 133 (13-07-2009). *Sistema de Normalização Contabilística*. Disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/SNC_final/DL_158_2009_13Jul.pdf . Acesso em: 11 mar.2012.

_____. *Decreto-Lei n.º 158/2009* de 13 de Julho. D. R. II Série. 173 (07-09-2009). *Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística*. Disponível em: <http://www.occ.com.pt/images/stories/Legislacao1/estruturaconceptual.pdf> Acesso em: 08 jan.2012.

_____. *Decreto-Lei n.º 372/2007* de 6 de Novembro. D. R. I Série. 213 (06-11-2007). Ministério da Economia e da Inovação de Portugal. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1s/2007/11/21300/0808008084.pdf>. Acesso em: 12 set.2012.

DIREÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. *Lei das Actividades Comerciais*. D. R. I Série. 58 (14-05-2007). Órgão Oficial da República de Angola. 2007. Disponível em: <http://www.dnci.net/legislacao/>. Acesso em: 28 jul. 2012.

EUROPEAN COMMISSION. The new SME definition. User guide and model declaration. Enterprise and Industry Publications. 2005. January. Disponível em: http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/files/sme_definition/sme_user_guide_en.pdf. Acesso em: 22 fev12

_____. Study on the SMEs' impact on the EU labour market. 2012, January 16. Disponível em: <http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/facts-figures-analysis/performance-review/index_en.htm#h2-1>. Acesso em: 08 fev.12.

FERREIRA, P. M; PAIS, R. Tendências do Desenvolvimento em Angola e Moçambique: Investimento, Comércio e Cooperação. Conferência Internacional de Março de 2006. *Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais*. Disponível em: <<http://www.ieei.pt/programas/post.php?id=2>>. Acesso em: 07 ago.2012.

FREIXO, M. *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget, 2010.

GEP/MTSS. Relatório de Conjuntura 1º Trimestre de 2010. 2010. Disponível em: <http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/relatorios/conjuntura_120.pdf>. Acesso em: 06 jul.2012.

_____. Relatório de Conjuntura 2º Trimestre de 2010. 2010. Disponível em: <http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/relatorios/conjuntura_121.pdf>. Acesso em: 06 jul.2012

_____. Relatório de Conjuntura 3º Trimestre de 2010. Disponível em: <http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/relatorios/conjuntura_122.pdf>. Acesso em: 06 jul.2012

_____. Relatório de Conjuntura 4º Trimestre de 2010. Disponível em: <http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/relatorios/conjuntura_123.pdf>. Acesso em: 06 jul.2012

_____. Relatório de Conjuntura 1º Trimestre de 2011. Disponível em: <http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/relatorios/conjuntura_124.pdf>. Acesso em: 06 jul.2012

_____. Relatório de Conjuntura 2º Trimestre de 2011. Disponível em: <http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/relatorios/conjuntura_125.pdf>. Acesso em: 06 jul.2012

_____. Relatório de Conjuntura 3º Trimestre de 2011. Disponível em: <http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/relatorios/conjuntura_126.pdf>. Acesso em: 06 jul.2012

_____. Relatório de Conjuntura 4º Trimestre de 2011. Disponível em: <http://www.gep.msss.gov.pt/edicoes/relatorios/conjuntura_127.pdf>. Acesso em: 06 jul.2012

GHIGLIONE, R.; MATALON, B. *O Inquérito - Teoria e Prática*. 4 ed. Oeiras: Celta Editora, 2001.

GIL, A. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GONÇALVES, L. *Nova lei das PME 'revolucionaria' mercado angolano*. Ministério dos Negócios Estrangeiros. 2011. Disponível em: <<http://www.portugalglobal.pt/PT/PortugalNews/Paginas/NewDetail.aspx?newId=%7BED48EB7D-5CE0-4A87-B007-7288E827D198%7D>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

IASB. IFRS para PMEs. 2009. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRS+for+SMEs/IFRS+for+SMEs+and+related+material.htm>>. Acesso em: 09 jan.2012.

IFC. The SME Banking Knowledge Guide. IFC Advisory Services/access to finance. *IFC, World Bank Group*. Washington D.C., USA. 2009. Disponível em: <[http://www.ifc.org/ifcext/gfm.nsf/AttachmentsByTitle/SMEBankingGuidebook/\\$FILE/SMEBankingGuide2009.pdf](http://www.ifc.org/ifcext/gfm.nsf/AttachmentsByTitle/SMEBankingGuidebook/$FILE/SMEBankingGuide2009.pdf)>. Acesso em: 21 fev.2012.

INE. Estudos sobre Estatísticas Estruturais das Empresas - 2008. Destaque, Informação à Comunicação Social. INE, *Statistcs Portugal*. Junho 2010. Disponível em: <<http://www.iapmei.pt/resources/download/mpme2010.pdf?PHPSESSID=9743867494ca3ad6a05779b02764fc>>. Acesso em: 10 jan.2012.

_____. Estudos sobre Estatísticas Estruturais das Empresas: 2007 - 2009. Destaque, Informação à Comunicação Social. INE, *Statistcs Portugal*. Junho 2011. Disponível em: <http://www.iapmei.pt/resources/download/PMEperfilexportador2011.pdf?PHPSESSID=b8356f486f21240f97faf3b596caa63>. Acesso em: 10.01.2012.

KOK, J.; VROONHOF, P.; VERHOEVEN, W.; TIMMERMANS, N.; KWAAK, T., SNIJDERS, J.; WESTHOF, F. Do SMEs create more and better jobs? *EIM Business & Policy Research*. Zoetermeer, The Netherlands. 2011. Disponível em: <http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sme/facts-figures-analysis/performance-review/files/supporting-documents/2012/do-smes-create-more-and-better-jobs_en.pdf>. Acesso em: 22 fev.2012.

MAGRO, J.; MAGRO, A. *Manual de contabilidade angolano*. 2 ed. Luanda: Banco Keve, 2008.

MCQUEEN, R.; KNUSSSEN, C. *Research methods for social science*. Essex: Pearson Education, 2002.

MEXIA, M. R. L. M. *A informalidade no mercado formal Luandense: estratégias empresariais de adaptação à modernidade e suas makas*. 2010. Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão.

MIOTTO, N.; LOZECYI, J. A importância da contabilidade gerencial na tomada de decisão nas empresas. *Revista Eletrônica Lato Sensu*. 2008. Disponível em: <http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/5%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Aplicadas/PDF/3-Ed5_CA-Impor.pdf>. Acesso em: 08 dez.2011.

NUNES, L. C. F.; SERRASQUEIRO, Z. M. S. A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas. *Revista de Contabilidade e Finanças*, v. 36, p. 87-96, 2004.

ODIT, M. P.; GOBARDHUN, Y. D. The determinants of financial leverage of SME's in Mauritius. *International Business & Economics Research Journal*, v. 10, n 3, 2011.

OECD. Promoting entrepreneurship and innovative SMEs in a global economy. Second OECD Conference of Ministers responsible for Small and Medium-sized Enterprises (SMEs). Istambul, Turquia. 2-3 June de 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/5/24/31919590.pdf>>. Acesso em: 21 fev.2012.

OLIVEIRA, A. G.; MÜLLER, A. N.; NAKAMURA, W. T. A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. *Revista FAE*, v. 3, n. 3, p. 1-12, 2000.

PGCA. Decreto n.º 82/2001 (2001, 16 de Novembro). *Plano Geral de Contabilidade*. República de Angola. Lobito: Escolar Editora, 2001.

Portaria n.º 1011/2009. D. R. I Série. 175. Código de Contas do Sistema de Normalização Contabilística de 09 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.cnc.min-financas.pt/0_new_site/SNC/Portaria_1011_2009_CC.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2012.

PORTON, R. A. B.; LONGARAY, A. A. Relevância do uso das Informações contábeis nos processos decisoriais. *Revista ANGRAD*, v. 7, n. 4, p. 89-110, 2006.

PUGA, F. P. O Apoio financeiro às micro, pequenas e médias empresas na Espanha, no Japão e no México. Textos para Discussão nº 96. *BNDES*, Rio de Janeiro. Agosto de 2002. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Textos_para_Discussao/200208_2.html>. Acesso em: 18 fev.2012.

RYAN, B.; SCAPENS, R.; THEOBALD, M. *Research method e methodology in finance e accounting*. 2 ed. Croatia: South Western Cengage Learning, 2002.

SANTOS, L. *Contabilidade internacional: comparação das normas contabilísticas para as empresas não financeiras nos países lusófonos*. Porto: Vida Económica, 2006.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. *Research Methods for Business Students*. 5 ed. England: FT Prentice Hall, 2009.

SEBRAE. *Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil*. 2004. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/9A2916A2D7D88C4D03256EEEE00489AB1/\\$File/NT0008E4CA.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bte/bte.nsf/9A2916A2D7D88C4D03256EEEE00489AB1/$File/NT0008E4CA.pdf)>. Acesso em: 26 fev.12.

_____. *Fatores Condicionantes e Taxa de Sobrevivência e Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas no Brasil: 2003-2005*. 2007. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/integra_documento?documento=8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3>. Acesso em 21 ago. 2012.

SILVA, D. J. C.; MIRANDA, L. C.; FREIRE, D. R.; ANJOS, L. C. M. Para que serve a informação contábil nas micro e pequenas empresas? *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 1, n. 13, p. 89-106, 2010.

SILVA, M. S. *Utilidade da informação contábil para a tomada de decisões: um estudo sobre a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas da Grande João Pessoa*. 2010. Dissertação de mestrado, Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade do Rio Grande do Norte.

STEENKAM, N.; KASHYAP, V. Importance and contribution of intangible assets: SME managers' perceptions. *Journal of Intellectual Capital*, v. 11, n. 3, p. 368-390, 2010.

UNIÃO EUROPEIA. Recomendação da Comissão de 06 de Maio de 2003 (2003/361/CE). Definição de Micro, Pequenas e Médias Empresas. *Jornal Oficial da União Europeia*. 2003. Disponível em <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32003H0361:PT:NOT>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

WANG, J; AHAMMAD, M. F. Private information acquisition and stock evaluation by chinese financial analysts. *International Journal of Management*, v. 29, n. 1, p. 117-132, 2012.

Yin, R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4 ed. Porto Alegre: bookman, 2010.